



REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA DO ARQUIVISTA: OS PRESSUPOSTOS FREIRIANOS E ALGUMAS QUESTÕES SOCIOLABORAIS ARQUIVÍSTICAS

Méri Nádia Marques Gerlin

Doutora em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília, Brasil.

Professora da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

E-mail: meri.gerlin@edu.ufes.br

Marcelo Calderari Miguel

Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal do

Espírito Santo, Brasil.

E-mail: marcelocalderari@yahoo.com.br

Rosa da Penha Ferreira da Costa

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Espírito Santo,

Brasil. Professora da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil., Brasil.

E-mail: rosa.costa@ufes.br

Resumo

Neste artigo, de caráter ensaístico, discute-se alguns aspectos da ética do arquivista a partir de ideias de Paulo Freire. A pesquisa tem como objetivo identificar pontos da ética universal do ser humano e sua importância como um código na atuação do arquivista. O viés metodológico resgata textos clássicos, de Freire, intitulado 'O compromisso do profissional com a sociedade' e a obra 'Educação como prática da liberdade' para construir reflexões acerca da atuação profissional. Com a pesquisa bibliográfica, o estudo retrata e reflete os dilemas da ética profissional e dialoga com outros pensadores contemporâneos, destacando subsídios que ampliem a proposta dialética e dialógica, no contexto socio-histórico, cultural e político da ciência arquivística e âmbito da mediação informacional. O resultado situa os itens documentais indexados em base como: o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto - do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; a Base de Dados em Arquivística da Universidade de Brasília; a Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras; a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação; e, a Biblioteca Eletrônica *Scientific Periodicals Electronic Library*. Os resultados mostram que a ética e o compromisso são preceitos essenciais para alta performance profissional e institucional. Conclui-se que os itens documentais selecionados são significativos para o estudo de revisão literária da ética e do comprometimento do arquivista perante a sociedade.

Palavras-chave: Código de Ética do Arquivista. Ciência da informação. Paulo Freire. Profissionalismo. Responsabilidade social.

LEAD-OFF REFLECTIONS ON THE ETHICS OF THE ARCHIVIST: PAULO FREIRE'S ASSUMPTIONS AND SOME ARCHIVISTICAL SOCIO-OCCUPATIONAL ISSUES

Abstract

This paper, of an essayistic nature, I discussed some aspects of the archivist's ethics based on Paulo Freire's ideas. The research aims to identify points of the universal ethics of the human being and its importance with a code in the performance of the archivist. The methodological bias rescues classic texts of Paulo Freire entitled 'The professional's commitment to society' and the work 'Education as a practice of freedom' to build reflections on professional performance. With the bibliographic research, the study portrays and reflects the dilemmas of professional ethics and dialogues with other contemporary thinkers, highlighting subsidies that expand the dialectical and dialogical proposal, in the socio-historical, cultural and political context of archival science and the scope of informational

mediation. The result locates the documentary items indexed in bases such as: the Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto - of the Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; the Electronic Library SPELL (Scientific Periodic Electronic Library), the Base de Dados em Arquivística of the Universidade de Brasília; the database Pesquisas Arquivísticas Brasileiras; and, the Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação. The results show that ethics and commitment are essential precepts for high professional performance and institutional. It is concluded that the selected documentary items are significant for the study of literary review of ethics and the archivist's commitment to society.

Keywords: Archivist Code of Ethics. Information Science. Paulo Freire. Professionalism. Social responsibility.

1 INTRODUÇÃO

Viver, estar empenhado com a vida, é um dever ético. Ou seja, não basta sentir-se existindo, sendo necessário fazer da existência uma oportunidade de ser útil [...] O compromisso com a vida é, portanto, sem dúvida, nesse contexto, um fundamento, não apenas um argumento perante a doutrina da Ética [...] Tudo indica que o Universo não é formado de “perdas”, mas de “transformações” (SÁ, 2019, p. 254).

O diálogo e a democracia privilegiam as dimensões humanas, éticas, técnicas e instrumental dos indivíduos, proporcionando uma trajetória para um encontro vocacional, no qual o sujeito se descobre dono de seu destino, estando em constante movimento na/com a história, conforme afirmam Lima (2015), Souza e Mello (2020) e Sousa, Solon e Moraes (2021). Insta frisar, assim, que a questão da responsabilidade social parece ser algo consagrado frente as práticas de gestão documental, abrangendo o conjunto de procedimentos referentes a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos produzidos e recebidos pelas instituições no exercício das suas atividades, independentemente do suporte em que a informação se encontra registrada aduzem, ainda, Cardoso, Miguel e Modolo (2022).

A expressão ‘ética’, a responsabilidade social e o compromisso com a vida, este último citado por Sá (2019), carrega força e impacto e é comumente usada como bordão de campanhas institucionais e/ou alicerçada a cultura ética organizacional, promovendo, afirma Ijuim (2009), um culminante engajamento arraigado no contexto laboral.

Destarte, os estudos de Ijuim (2009), Panisset (2015), Evangelista, Silva e Guimarães (2020) e Cardoso, Miguel e Modolo (2022) arrazoam sobre a necessidade de se estudar e discutir os conceitos sobre ética, moral e deontologia como algo essencial para a categoria profissional e, que, essa temática evidencia a perceptibilidade e os denodos a serem preservados – algo representativo na categoria profissional. Tal consagração, reforça o pesquisador Ijuim (2009), talvez suceda do papel histórico das ações, debates e instrumento em prol de movimentos que buscam edificar de uma sociedade mais justa (que preserva o meio ambiente, defende a paz, atua ao encontro da moralidade e da transparência) e solidária (em termos de empoderamento comunitário e conscientização).

O papel social (no contexto situacional e histórico) dessa temática faz com que as instituições arquivísticas documentem os Princípios da Responsabilidade Ética e Social do Arquivista no âmbito das unidades de informação. A ética é um elemento norteador para os fazeres (habilidades) e saberes (conhecimentos) do profissional arquivista (CÂNDIDO, 2020), portanto, o Código de Ética dos Arquivistas obtido em debates promovidos e aprovado no XIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Beijin – China, pelas Associações Profissionais do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em setembro de 1996, foram

sobrescritos e subscritos por várias organizações internacionais de arquivistas, inclusive no âmbito brasileiro. Diante desse contexto, assinala-se que:

O escopo necessário para entender a relação entre arquivo, ética profissional e memória pressupõe uma amplitude que extrapola a simples definição dos conceitos mencionados. A necessidade de visualizar os componentes que atravessam os conceitos acima torna-se evidente. Tais componentes são: deveres, posturas profissionais e responsabilidades dos arquivistas e dos arquivos, bem como as utilidades dos arquivos (DIAS, 2018, p.23-24).

A ética dos arquivistas brasileiros, reexaminado nos últimos anos em alguns debates do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), principal evento dos Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Brasil, também atribui especial atenção ao tema por meio de Grupos de Trabalhos (GT). Destaque para o GT 06 - Informação, Educação e Trabalho do ENANCIB. Ao explanar essa temática, Dingwall (2004) e Álvares (2021) explicitam que:

Pensar o Código de Ética entre o arquivista não é algo tão simples, pois se constitui numa relação de três vértices:

- Primeiro vértice: produtores dos documentos,
- Segundo vértice: os usuários dos documentos,
- Terceiro vértice: o arquivista, com a função de 'mediar a relação entre produtores e usuários que ocorrem indiretamente por meio dos documentos' (ÁLVARES, 2021, p.13).

A triada de vértices (mandala) caracteriza a pretensão ética da Arquivologia em uma plataforma socioeducacional e, de forma explícita ou implícita, direciona olhares para as relações ambíguas entre o comportamento humano e a ciência da conduta ideal – situando um elenco de orientações aplicáveis às cardeais áreas da atuação profissional - todavia o profissional pode (agir apropriado) ou não observar. Tais vértices conversam intimamente na obra de Paulo Freire “com os conceitos do cuidado pelo fato de ambos enxergarem na ética uma consequência das relações de reciprocidade e de responsabilidade para consigo mesmo, com os outros e com o mundo” (GOMES, 2021, p.208).

No argumento de Silva, Garcia, Silva e Araujo (2021, p.301) a responsabilidade social do arquivista “não se limita aos contextos de acervos permanentes e/ou históricos, mas estende-se à abrangência de todas as idades documentais”. Na responsabilidade ética e social, há um lastro de evidências sobre a valorização na esfera profissional quanto aos aspectos e as práticas laborais direcionadas ao acesso à informação.

Sem a pretensão de esgotar o tema e, portanto, sem a preocupação de ser conclusivo, Schneider, Saldanha e Bezerra (2017), Araújo (2018) e Cardoso, Miguel e Modolo (2022), pretextam que, o impacto da abordagem intercultural no campo da Ciência da Informação (CI) aprofunda as reflexões trazidas por Gernot Wersig (anos 1970), em torno da ideia de um compromisso ético no âmbito das ciências sociais aplicadas. Pontua-se que a prática ética não é algo universal, existente independente das épocas, dos lugares, das experiências concretas.

Este trabalho pretende explanar algumas reflexões sobre o que ‘parece óbvio’ no âmbito do agir eticamente no exercício da profissão, adotando-se, porém, o axioma freiriano para mosaico dos profissionais e instituições arquivísticas, ao refletir a ética por meio da práxis (teoria e prática libertadora e transformadora) (FREIRE, 1967; 2016; 2018).

2 RESPONSABILIDADE ÉTICA E SOCIAL = CIDADANIA E COMPROMISSO

Aquilo que está consagrado por jurisprudência e códigos e possa parecer mesmo óbvio, “a rigor não é tão óbvio” concerne a pesquisa realizada por Ijuim (2009, p.34). E, merece reflexão contínua. Por isso, Pellegrini e Vitorino (2018, p.130) reforçam que o construto da “ética da competência em informação” é a ação humana direcionada a princípios que norteiam a conduta humana na sociedade e em um contexto “repleto de dilemas e distorções comunicativo-informacionais que afetam a realização de metas para uma vida boa”.

No arquitetar de ensaios provocativos, Paulo Freire instiga-nos com construtos textuais de perguntas e mais perguntas, que densa forma, são respondidas no decorrer da obra. As obras ‘Educação como prática da liberdade’ de 1963 e ‘Educação e mudança’ de 1979, são publicações clássicas e uma indispensável referência ao campo da educação (FREIRE, 1967; 2018), mas ainda iluminador para demais áreas de conhecimento e campos de saber como a Arquivologia; as subseções a seguir resgatam alguns desses trechos para o âmbito da CI.

2.1 Quem pode se comprometer?

A bibliografia na área da arquivística, seja em abordagens sobre a sociologia da profissão ou focadas na legislação laboral, reflete a perene inquietação do assunto – comprometimentos e responsabilidades sociais. Nessa via, a pesquisadora Isa Maria Freire no VIII Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), em 2018 – na cidade de João Pessoa (Paraíba, Brasil) – dedicou uma palestra sobre o papel e a competência ética do arquivista em uma das plenárias do evento (DIAS, 2018). A estudiosa ressaltou as possibilidades de interpretação e preceitos que regem a epistemologia arquivística e, por consequência, o associativismo, a interdisciplinaridade e a visibilidade social de seus profissionais.

Linden (2017) à luz da sociologia das profissões frisa que o desenvolvimento (não linear) da profissão do arquivista no Brasil se caracteriza pela trajetória e presença de elementos de profissionalização, em suma, o processo que arquiteta o profissionalismo envolve o controle sobre a formação, a criação de associação profissional, a proteção legal e a definição do código de ética. Para a autora, é notório o processo de transformação pelo qual a atividade passou, desde sua fase amadora e integralização da criação do Arquivo Nacional (em 1838) no Brasil e a demanda por um Curso Permanente de Arquivo (em 1960).

Alicerçada em pensadores como José Maria Jardim, Maria Nelida Gonzalez de Gómez, Wagner Ramos Ridolphi e Wagner Ridolphi, a pesquisa de Linden (2017, p.234) move uma discussão sobre a Arquivologia enquanto ação social e o arquivista como um intelectual, na qual constata que a formação de uma “[...] comunidade com o objetivo de determinar fronteiras de jurisdição [...] levaram à criação de espaços de reflexão dessa profissão, a partir da ideia que o trabalho arquivístico é de interesse da sociedade e do Estado”. No mesmo trabalho, Linden (2017) especifica as razões dessa situação virtualmente conflitante:

Como o arquivista não possui monopólio da prestação de seus serviços, esta seria uma fase que ainda não foi alcançada pela profissão. Isso ocorre, pelo fato da profissão ser exercida a menos que 50 anos no Brasil. Entendendo que sempre houve acúmulo de documentos, mas que nem sempre houveram arquivistas, este campo de atuação foi preenchido por profissionais de áreas correlatas, como bibliotecários, historiadores e administradores. Este cenário tem diminuído com a inclusão de arquivistas no mercado de trabalho (LINDEN, 2017, p.234-235).

A capacidade de agir e refletir, buscando ser (não apenas estar) no e com o mundo move as possibilidades de reflexão, ter consciência de si e, por um olhar crítico diante o planeta – uma consciência da realidade concreta (eis a sociedade da informação onde o uso, a criação, a distribuição, a manipulação e a consistência da informação é uma atividade expressiva). O olhar crítico diante do mundo, cita Ijuim (2009, p. 43), não acolhe uma postura de admiração, mas elucubra a “ação” para transformação-lá.

Monteiro e Vignoli (2013) relatam que com base no Código de Ética Associações Profissionais do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) propôs uma tradução denominada por ‘Princípios Éticos do Arquivista’. Assim, as autoras argumentam que “[...] esses mesmos Princípios Éticos da ABB são denominados por Código de Ética do Arquivista, isso porque não há um Código de Ética formalizado no Brasil” (MONTEIRO, VIGNOLI, 2013, p.4). O termo arquivista, no Código dos Arquivistas da CIA, se aplica a todos aqueles que têm responsabilidade de controlar, vigiar, tratar, guardar, conservar e administrar os arquivos. Relatam-se, na pesquisa de Vaz (2016), Silva e Garcia (2016, 2017) e Álvares (2021) que as instituições empregadoras e os serviços de arquivo são encorajados a adotar políticas e práticas que permitam a aplicação deste código.

Ademais, Monteiro e Vignoli (2013, p. 7) e Vaz (2016) e Cândido (2020) concluem que é inegável a ‘importância do Código de Ética do Arquivista para o desempenho de suas atividades diárias, para explicar seus conhecimentos, para atender as instituições e seus usuários de maneira eficaz’. Assim, retomando a questão inicial “a quem pode se comprometer?” Entende-se que o arquivista é comprometido com a sociedade, com a instituição que atua, com os valores do campo profissional, priorizando o acesso à informação, à disponibilização e à preservação - amparado na legislação que rege os diferentes tipos de documentos e no conjunto de valores que conduz a prática (e tecnologia) social dessa profissão, no contínuo fluxo de repensar e resguardar o sigilo e a confidencialidade das informações quando imperativo.

2.2 Que transformação?

A transformação indicada por Freire é justamente alude a transformação daquilo que é naquilo que deve ser e, “[...] o caráter transformador da pedagogia freireana implica, necessariamente, a defesa de uma ação educativa compromissada com a tarefa de eticizar o mundo”, argumenta Polli (2013, p.40). Destarte, o ser da práxis, assinalam Ijuim (2009) e Polli (2013), é aquele capaz de modificar-se. Em outros termos, ratifica-se que o ser da práxis é aquele que pode praticar uma ação comprometida, como sustenta Paulo Freire, em Educação e Mudança (2018).

Freire (2018, p. 20) frisa que é exatamente esta “capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis”. Nesse sentido, pontua-se que, como elemento do trabalho do arquivista, no que tange à gerência documental, cabe a esse profissional observar os percursos da arquivologia e da responsabilidade social na era hodierna e, portanto, é preciso considerar que:

[...] surge que a Arquivologia construa e discuta em âmbito teórico e técnico novas demandas que direcionem à atuação profissional, no caso do arquivista. Nos tempos hodiernos tal profissional, além de exercer suas atividades práticas de gestão de acervos arquivísticos, agrega também a função de mediador [...]. As atribuições profissionais evidenciam-se a partir das transformações sociais, em especial a partir da revolução impulsionada pelas TIC [Tecnologia da informação e comunicação...], que conforme

ocorrem, constroem desafios às diversas práticas profissionais. A dinamicidade e rápida obsolescência impulsionam o arquivista (e a outros profissionais) a uma constante atualização no que respeita às tecnologias que interferem em suas respectivas áreas de atuação, obrigando-os a tomar a dianteira e adaptar suas atividades laborais em múltiplas esferas (SILVA; GARCIA; SILVA; ARAUJO, 2021, p. 293).

A perspectiva freireana destaca que o viés da responsabilidade social e o saber fazer ético se estrutura em torno de uma vasta gama de competências e virtudes. Trazendo a acepção freireana em torno da questão ética, pode-se instigar que:

Alguns profissionais destacam a falta de um instrumento norteador dentro da universidade que consiga direcionar determinadas demandas e diretrizes (condutas) do arquivista, dentro da realidade da instituição. Um ponto que não foi citado nas entrevistas, mas que vale ressaltar é a obsolescência do Código de Ética do Arquivista (1996) do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) usado como principal parâmetro legal arquivístico no Brasil, como também dos princípios éticos do arquivista, da extinta Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Ambos os aparatos legais de conduta profissional não contemplam, por exemplo, especificidades do campo tecnológico (SILVA; GARCIA, 2017, p.557).

Considera-se fundamental a discussão de questões contemporâneas como a âmbito deontológico, posto que os pesquisadores Calderon (2013) e Silva, Garcia, Silva e Araujo (2021) arguem que, é inegável que o Código de Ética (datado de 1991) carece de atualizações que contemplem as demandas modernas dos arquivistas. Por isso, reflexão e ação são constituintes intrínsecas e a própria maneira humana de existir (há uma busca constante por mudanças de postura frente as suas técnicas e práticas), relata Solon-Freire (2010).

E, existir é algo mais profundo de transformações e transições, em relação a diversos níveis da profissão e à atividade arquivística. É preciso salientar que, o edificar de uma sociedade democrática pautada por princípios éticos, é dinâmica, pois sempre abroham fatos novos e conflitos diferentes que carecem ser decididos a partir do diálogo, das interações interdisciplinares sadias, que explanando à luz de Freire (1967, p. 40), pauta a diferença entre o existir e o viver:

Existir ultrapassa viver porque é mais do que estar no mundo. É estar nele e com ele. E é essa capacidade ou possibilidade de ligação comunicativa do existente com o mundo objetivo, contida na própria etimologia da palavra, que incorpora ao existir o sentido de criticidade que não há no simples viver. Transcender, discernir, dialogar (comunicar e participar) são exclusividades do existir. O existir é individual, contudo só se realiza em relação com outros existires.

Dessa forma, o profissional da Arquivologia não vê em seu trabalho apenas a mera efetivação de técnicas, cabe desenvolver-se competências, habilidades e atitudes de agir e refletir. Agir e refletir sobre a realidade concreta, sobre o mundo, pois, a professora Lílian Maria Araujo de Rezende Álvares aponta que o código de ética dos Arquivistas fornece à profissão arquivística regras de conduta de alto nível e atua para sensibilizar os novos membros da profissão a essas regras, recordando também aos experientes arquivistas sobre suas responsabilidades profissionais o que traz inspiração ao público e direciona confiança a atividade profissional (ALVARES, 2022).

No exercício desse papel social, o arquivista constrói e transforma a realidade (assinada pelo inacabamento) e, dessa ambiência, o profissional não executa meras técnicas de investigação e diplomacia, mas desenvolve apurada e cuidadosa habilidade de ver o mundo (e sentir-se com o mundo). Por essa razão, Freire “[...] insiste na impossibilidade de que o ser humano [constituído social e historicamente] fique fora da ética, longe sequer dela” (POLLI, 2013, p.38).

Da mesma forma, o trabalho em uma instituição arquivística apresenta uma narrativa viva, uma construção da realidade, mediada pelo social. Prontamente, tangenciando o trabalho de Ijuim (2009), pode-se paralelamente questionar: todavia qualquer arquivista atua desta forma? Ademais, a obra de Paulo Freire (1967, 2018) mostra que essa relação homem-realidade ou homem-mundo, alude a transformação de mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão – e, isto é intrínseco à esfera social e às suas demandas. Portanto, frisa-se que:

O verdadeiro compromisso [humano] é a solidariedade [...]. Pois bem, se nos interessa analisar o compromisso do profissional com a sociedade, teremos que reconhecer que ele, antes de ser profissional, é homem. Deve ser comprometido por si mesmo [...]. [e] é necessário juntar ao compromisso genérico, sem dúvida concreto, que lhe é próprio como homem, o seu compromisso de profissional [...]. Se de seu compromisso como homem, como já vimos, não pode fugir, fora deste compromisso verdadeiro com o mundo e com os homens, que é solidariedade com eles para a incessante procura da humanização, seu compromisso como profissional, além de tudo isto, é uma dívida que assumiu o fazer-se profissional (FREIRE, 2018, p. 23-24).

Para Freire (2018, p. 22), o compromisso, próprio da existência humana, só existem no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados. Tal engajamento, que é um ato corajoso, decidido e consciente, o impede que seja neutro. A “[...] neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso... o verdadeiro compromisso é a solidariedade” (FREIRE, 2018, p. 23).

O engajamento é uma forma de solidariedade às dores universais e, como alerta Souza (2011, p. 75), a “[...] visibilidade do arquivista está intrinsecamente vinculada à sua função social”. Em que transformação advir, se não mais prevalece o padrão de integração social via trabalho? A criação de Associação dos Arquivistas no Brasil, pressupõe ter sido um quadro de ação coletiva realizadora para promover a aprovação da graduação em Arquivologia e a regulamentação da profissão do arquivista, apontam os estudos de Souza (2011) e Silva e Garcia (2016).

2.3 Humanização, solidariedade com quem?

Cabe igualmente questionar a quem o Arquivo e seus profissionais devem solidariedade e humanização. Como mediar essa pauta informacional? Como transformar de mediação cultural em Arquivo em uma narrativa que crie identificação com a audiência? Destaca ainda, em consonância com as reflexões de Silva e Orrico (2015, p. 98), que a institucionalização brasileira do campo arquivístico foi uma realização - e também o esgotamento da agenda - do associativismo instituído por meio da AAB, “[...] configurando o processo histórico que caracteriza os vigentes sentidos em disputa para arquivo (objeto), arquivologia (saber) e arquivista (especialista)”. Afinal, entende-se que:

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para sabermos o que seremos (FREIRE, 2018, p. 42).

Não por acaso, aponta Roncaglio (2013, p.100), a arquivologia, que se constitui e é constituída por uma pluralidade de perspectivas socioculturais de compreensão dos documentos, dos arquivos e da informação arquivística, se aproxima da CI e apresenta-se como uma disciplina em busca, “[...] primeiramente, da sua identidade e autonomia como ciência social aplicada e, secundariamente, como uma disciplina ciente da necessidade e da capacidade de estabelecer diálogos com outras áreas do conhecimento”.

O advento e o uso disseminado dos computadores pessoais e da internet foram decisivos [...]. Diante de tantas mudanças e de novas demandas informacionais, tanto a literatura internacional (Lodolini, Durante, Thomassen, Michael Cook, Terry Cook, Malheiros, Ribeiro, entre outros) quanto a brasileira (Jardim, Fonseca, Rodriguez, Marques, entre outros) têm buscado, às vezes sob diferentes influências teóricas e epistemológicas, entender e contribuir para se redefinir o papel atual da arquivologia por meio da reconstrução histórica da disciplina, da análise crítica dos seus preceitos e práticas, das suas interfaces com outras disciplinas etc. (RONCAGLIO, 2013, p.100).

Vale ressaltar que além de compreender as formas como “nos relacionamos com os outros, ou seja, as formas de solidariedade, os padrões de conduta moral e ética, o conhecimento acumulado sobre as coisas e os padrões de pensamento” (LOSEKANN; BALLESTRIN, 2013, p.190). E justamente a humanização, portanto, também se refere à possibilidade que um fazer – arquivístico – de criar identidade entre o que se propõe a divulgar e a criar espaços de trabalho do profissional de arquivo em diversas categorias dos arquivos, seja pelo gênero documental, gênero audiovisual ou pela natureza dos acervos, arquivos médicos, de engenharia e outros.

Freire (1996, p.20) aponta que é “no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da Ética e se impõe a responsabilidade”. Por isso, cabe ao arquivista o construto: a solidariedade com quem? Num sentido macro [a comunidade], dirigindo um Arquivo Público, uma instituição social que quer, sim, estar mediando múltiplas formas de informação; possivelmente mirando maximizar a perspectiva entrópica negativa (isto é restabelecer, fugir da morte, reverter o caos).

Ao mesmo tempo que a realidade atual caracteriza-se pela presença de novos espaços de construção de novos sujeitos e identidades sociais, expressando assim as relações entre associativismo, formação do arquivista e seu mercado de trabalho. Portanto, se constituir um ser-arquivista engajado não é necessariamente maquinar um agente militante de causas, ideologias ou segmentos políticos.

Destarte, ética não institui exclusivamente o cumprimento de determinados procedimentos profissionais, institucionais ou tecnológicos; e, com um holístico olhar, e, Panisset (2015) e Araújo (2018) alerta que ética envolve componentes de tensionamento entre os procedimentos e as expectativas, entre os valores (dos diferentes povos e saberes) e as suas mentalidades – isto é interação e eco no tênue fio da tecnologia e da economia política da informação.

2.4 Transformar o quê? e quem?

O compromisso e transformação está na esfera dos profissionais e do próprio Arquivo, cabe refletir ainda mais sobre o que transformar e a quem transformar. Verifica-se que a obra de Freire (2016, p.69) considera que é “[...] exatamente porque nos tornamos éticos que se criou para nós a probabilidade, como afirmei antes, de violar a ética”. Os defensores dessa acepção freireana mostra que deve o Ser se comprometer por si mesmo. Isto é, independentemente do seu ofício ou de sua categoria profissional, de suas particularidades e/ou de seus códigos deontológicos, suas responsabilidades como profissional não são (ou não podem) dicotomizar-se de sua obrigação original de homem. Por isso, um arquivista é, antes de tudo, um homem (ser humano).

A práxis do arquivista a partir legado freireano, ou seja, como a ação consciente para transformar aquilo que está em aquilo que deve ser, as insuficiências e problemas estruturais das instituições arquivísticas por si só não justificam a passividade profissional diante dos desafios de transformá-la em uma entidade de exemplar da sociedade. Portanto, vislumbramos que é “[...] exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, o qual está associada a sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis” (FREIRE, 2018, p. 20).

Essa postura reflexiva pauta um aspecto indispensável ao arquivista - que pelo exercício ético, atua, com a elevação do seu nível de consciência, para melhor entender e levar a compreensão social do arquivista, como protagonista e responsável moral por seus fazeres e compromissos.

Certamente, a solidariedade, o coletivismo, o diálogo como pedagogia, o respeito às diferenças, a valorização do saber popular, a democracia e a ética, o repúdio a todas as ditaduras, a criticidade docente e o conhecimento problematizado - entre outros sustentáculos das propostas político-pedagógicas de Paulo Freire - continuarão a construir paradigmas fundamentais (SCOCUGLIA, 2006, p. 165).

Em termos freireanos, a desenvoltura laboral colabora com a reflexão do ser humano – interagente dos Arquivos, não apenas usuários –, com o alargamento da visão de mundo e a elevação do nível de compreensão, de cumplicidade e solidariedade entre seres humanos. Se esse compromisso constituir um propósito e um dever e querer-fazer do arquivista, está contribuindo para estender ao seu público (interno e externo) o exercício ético do qual pratica/participa diuturnamente. Em outros termos, Ijuim (2009) ratifica que a argumentação já proposta: o ser que, pela ação e reflexão, contribui com a transição e transformação da sociedade (onde direitos básicos constitucionais são negados a milhões), como a sociedade atua com a sua transformação.

Polli (2013, p.35) reporta que a “[...] eticização do mundo é uma consequência necessária da produção da existência humana aponta” e assim, o pesquisador aponta que “não há como escapar à responsabilidade ética diante do mundo”. Assim, na obra de Freire (2018, p. 22) o “compromisso com o mundo, que deve ser humanizado para a humanização dos homens, responsabilidade com estes, com a história”. Por isso, a criticidade em Freire aparece como a possibilidade do homem humanizar-se, e, Polli (2013, p.37) considera que “Freire supõem a esperança e o sonho como essenciais para fazer da existência humana algo melhor”. Dessa forma, entende-se que:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele

dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas. (FREIRE, 1967, p.43).

Dentro do marco teórico freireano, Moretti-Pires (2012, p. 258) aponta que ao homem cabe “refletir sobre si, sobre seus semelhantes e sobre o mundo onde (e com quem) está. Humanizar não é só tratar bem, como se gostaria de ser tratado. Humanizar é um ato de pensamento crítico-reflexivo”. O pesquisador ainda adverte que o humanizar pressupõe “[...] exercer a técnica profissional centrada no homem, mas também exercê-la como ser humano, mais do que técnico, refletindo-se nesse ato”, admite Moretti-Pires (2012, p. 258). Com essa perspectiva, Moretti-Pires (2012, p. 261) frisa que ao realizar esse ato de conscientização, os profissionais se tornam cada vez mais humanos e percebem-se como tal. “Daí humanizam-se. Eis o processo de humanização freireano”.

3 METODOLOGIA

Este trabalho trata de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório-descritivo, utilizando-se os bancos de dados do Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (OasisBr) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), a biblioteca eletrônica *Scientific Periodicals Electronic Library* (Spell), a Base de Dados em Arquivística da Universidade de Brasília (BDA), a Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PBA) e a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci); e, os seguintes descritores para a pesquisa dos trabalhos científicos: ética e arquivista, inerentes as contribuições do legado freireano para a formação em Arquivologia. A seleção das cinco bases de dados e das publicações situam as principais indicações e caminhos de leituras (na área de Ciências Sociais Aplicadas) realizados por alunos finalistas do bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes - campus de Goiabeiras, Vitória, Brasil) nos dois semestres de 2021. Os itens documentais recuperados (nas bases eletrônicas de periódicos) para o estudo de revisão literária foram publicados em língua portuguesa e inglesa entre os anos 1973 a 2022 e pertinentes à temática.

Como critério de inclusão, adotou-se artigos e *sites* científicos (levantamento bibliográfico) que apresentaram o assunto de acordo com os objetivos do trabalho; livros que continham o conteúdo sobre código de ética para arquivistas; artigos em língua portuguesa ou traduzidos e publicados preferencialmente nos anos finais da segunda década do século XXI. Os dados foram coletados no primeiro semestre de 2022, por meio das indicações dos formandos no período previsto em calendário acadêmico da Ufes e acompanhada de uma análise e leitura reflexiva – procurando compreender os fenômenos (descritivo e bibliográfico) do estudo para assim expor as interpretações da pesquisa.

4 Arquivo e a filosofia freiriana: intercâmbios de responsabilidade e transparência

Os dizeres freireanos sobre a questão ética planificam um compromisso carregado de humanismo e que deve ser fundamentado cientificamente, ou seja, desse profissional é exigido constante inquietação e aperfeiçoamento.

A inquietação ética é onipresente nas obras de Paulo Freire, pois é sua a preocupação em articular de forma coerente teoria e prática. Isso só dá a certeza de que a visão freiriana do ser humano é de caráter 'omnilateral'. Feito para ser mais, o ser humano é ontologicamente chamado a desenvolver, nos seus limites e contextos históricos, todas as suas potencialidades materiais e espirituais, buscando dosar adequadamente seu protagonismo no enorme leque de relações que a vida lhe oferece, incluindo as relações no mundo e com o mundo, as relações intrapessoais, interpessoais, estéticas, de gênero, de etnia, de produção. Daí, sua ação não incidir isoladamente sobre cada parte, mas transforma a realidade a partir da ação sobre a totalidade (SOLON-FREIRE, 2010, p.86).

Como um mediador cultural, ao arquivista cabe produzir – não as “certezas” que o impele a acusar e julgar. Se sua legítima especialização é produzir sentidos, o uso de uma linguagem dialógica enfrenta não apenas a polifonia, mas a complexidade conflitiva dos diferentes, como indica Ijuim (2009). Logo, questiona-se, a polifonia - Cultura, Patrimônio e Memória - na instituição arquivística consegue produzir mais sentido à audiência? Por estas razões e tantas outras mais, a solidariedade também abrange estratégias e inovações para empoderamento das pessoas (físicas e jurídicas) em prol das abordagens pelas quais cumprem os anseios de multiplicar câmbios de história, diretos, cidadania e construção de saberes. Logo, frisa-se que:

Paulo Freire é alguém que sempre está do lado da vida, e sobretudo de uma vida digna, justa, bonita e os governos autoritários, como o que temos hoje no Brasil, estão do lado da morte, a naturalizam, a banalizam, a promovem através do que alguns teóricos, como *Achile Mbembe* chamam de uma necropolítica, ou seja, uma política da morte, que cuida da morte, que estimula e vive da morte e, ao mesmo tempo, despreza a vida [...] Então, claro, alguém como Paulo Freire que cuida de tudo o contrário e está ao lado dos que se trata de exterminar, gera uma combinação de ódio e medo porque ajuda a empoderar, acordar, mobilizar, chamar a atenção, insubordinar. Nada mais contrário a um governo autoritário que uma pedagogia menina da pergunta como a que afirmava Paulo Freire (LOPES; KOHAN, 2021, p.106).

Para Freire (2018, p.24-25), o 'profissional' é atributo de homem e, por isso, este não pode, quando exerce um que fazer atributivo, negar o sentido profundo do que fazer substantivo original. Com esse entendimento, Gomes (2014) observa que a efetividade da mediação da informação envolve cinco dimensões - a dialógica, a estética, a formativa, a ética e a política - construtos direcionantes da apropriação da informação de forma consciente e a ampliação do protagonismo social, tanto do arquivista mediador como quanto dos demais interagentes da unidade de informação. Nessa via, entende-se que:

O valor profissional deve acompanhar-se de um valor ético para que exista uma integral imagem de qualidade [...]. Quando só existe a competência técnica e científica e não existe uma conduta virtuosa, a tendência é de que o conceito, no campo do trabalho, possa abalar-se [...]. A profissão, pois, que pode enobrecer pela ação correta e competente, pode também ensejar a desmoralização, através da conduta inconveniente, com a quebra de princípios éticos (SÀ, 2019, p.137).

Diante do exposto, a ética e a moral são preceitos imprescindíveis à atuação de qualquer profissional. Para Gomes (2014), a consciente ação mediadora restringe a violação da ética no trabalho informacional e na afirmação de interações e conduta ético-assistencial dos arquivistas. Ademais, o ato de mediar direciona o alargamento do protagonismo social no século XXI, e, Gomes (2014) alega que caminho humanizador e promissor da construção ética das relações sociais torna-se capaz de assegurar e projetar uma ambiência crítica – isto é, vigora uma rede de diálogos em um criativo no espaço de alteridade.

Posta as mandalas interdisciplinares e os intercâmbios da responsabilidade ética, aponta-se que avanços nos princípios e Comitês de Ética em Pesquisa, por exemplo, tendem a harmonizar (a partir de premissas do pensamento freiriano) delineamentos para promover o diálogo, a emancipação, a amorosidade, a problematização da realidade, a construção compartilhada do conhecimento e o compromisso com a construção de projetos democráticos populares. Compreende-se assim que as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais, definido como práxis política-pedagógica, remete à concepção freiriana do ser humano como um ser da práxis, da ação e reflexão, um ser de relações em um mundo de relações.

Souza (2021, p.101) aponta que a perspectiva exposta por Freire é de “[...] não aceitar a formação ética quando da preparação técnica e científica, porque julga ser inerente ao processo educativo”. Todavia, a pesquisadora mostra que há elementos curriculares peculiares que tratam do Código de Ética dos Arquivistas (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 1996), sugerindo preceitos de conduta e responsabilidades da profissão, como maneira de preparo educacional para abordar incoerências em casos de desvio ético (SOUZA, 2021).

Figura 1 - Matriz dos princípios éticos do arquivista



Fonte: os autores com base em ICA Code of Ethics, International Council on Archives (1996)

Os pressupostos freirianos da ética vão ao encontro da responsabilidade social e da cidadania, alinha-se, nessa perspectiva, aos preceitos (CIA, 1996, p.1) e no marco de atuação coletiva dos profissionais, sobretudo, diante os princípios éticos do arquivista enunciado pela

extinta Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB (AARGS, 1999, p.1). Ademais, convém delimitar que a herança de Paulo Freire (no processo formativo do arquivista) tem se traduzido em experiências em arquivos, com potencial de difusão/disseminação (ao invés de mediação) das relações entre profissionais e demais interagente. Verifica-se que Freire vai desenvolver uma pedagogia a favor da socialização (partilha) da informação numa perspectiva inovadora, onde se dava primazia aos conhecimentos considerados válidos para o grupo (SILVA; FREIRE, 2013). Ademais, entende-se que:

A educação é primeiramente ética, o “encontro” interpessoal. O educativo desse encontro é o “testemunho de liberdade e responsabilidade”. Imbuído do semita, digo que esse testemunho não pode ser sem “ternura” (*hesed*, também “amor”). Dizia Paulo Freire, no princípio, de “diálogo amoroso”. Forjo e(ró)tica, desde o grego *éros*, dizendo que, para a “humanidade do homem”, *eros* é ético ou é “a arte de ganhar por todos os meios a guerra” (*Lévinas*), a política por Maquiavel [...] Minha crítica é benévola, porque Paulo Freire é insuperável em estabelecer que o educador não pode desconhecer o político que é. Às vezes é contundente, por não ter posto claramente no cabeçalho de sua obra que o ético preside ao político (CINTRA, 1996, p.579).

Destarte, acolhendo a empréstimo as ideias de Freire (1967; 2018), não cabe reduzir o homem a um simples objeto das técnicas posto que a educação é uma prática libertadora na perspectiva humanista. Constata-se, com esforço de aproximar os estudos bibliográficos das produções de Freire e seus seguidores (GADOTTI, 1996), que, ainda, os autores brasileiros da CI apontam que urge a área uma ética que afirme o humano na sua condição de sujeito de utopia, que no agir ética (universal do ser humano) encontram-se integrada a um rol de rupturas:

A “ética”, sob o ponto de vista de Freire, configura-se em uma visão do homem não como “quase-coisa”, como “objeto” ou, ainda, como “máquina” de engrenagem do sistema social, fundado na lógica histórico-social das coisas. Em sua perspectiva, o homem não vale pelo que tem, mas pelo que é, ou seja, “o ser humano”. Com efeito, todos os achados apontam para isto: o ponto de vista ético freireano reconhece o ser humano precisamente como ser humano. Essa é a máxima ética freireana e a condição ontológica do existir humano, por mais que as situações histórico-sociais de opressão, de exploração e de dominação o alienem e tentem obscurecer esse fato (CARLOS; SILVA, 2021, p. 340).

A força desse legado direciona muitos olhares ao encontro do comprometer práticas informacionais de reinvenção – em diferentes ambiências e dinâmicos contextos da informação – que aplicarão o legado freiriano à luz das representações sociais, apontam Gadotti (1996), Ijuim (2009), Rocha (2018), Bedendo (2021) e Cardoso, Miguel e Modolo (2022). Assim, pode-se aprender tais concepções e projetar as ideias freirianas no fértil e ético terreno que é ampliar a contribuição da CI na sociedade. A defesa última de Paulo Freire, cita Ijuim (2009), invoca o ‘projeto histórico’ – de assumir o dever de persistir (resistência), em um edificar perene e singular projeto nacional em torno do compromisso social.

Finkler, Caetano e Ramos (2013, p. 3036) argumentam que a com evolução do pensamento filosófico, evidencia que a mente humana não é capaz de esgotar toda a riqueza da realidade e destarte, a “tomada de decisões razoáveis em situações incertas em busca da melhor decisão possível tornou-se o fundamento das éticas típicas do século XX, as éticas da responsabilidade”. Assim, os pesquisadores relatam duas formas de se conceber a ética: I) o

construto deontológico (Ética Profissional), que manda agir a partir de uma resposta conhecida (acerca do verdadeiro, correto ou bom) - a forma mais tradicional da ética nas profissões; e, II) “[...] a ética que tem como base a reflexão pessoal e a autocrítica, o exercício de ouvir e dialogar para compreender e, que manda agir com precaução quando não se sabe qual decisão seria melhor” (FINKLER; CAETANO; RAMOS, 2013, p. 3036).

Entende-se que Paulo Freire dizia que “[...] para ser freiriano havia que não ser freiriano, ou seja, [...] vamos, na verdade, reinventá-lo, recriá-lo”, assinala o professor Kohan (2021, p.1). Portanto, ao reexaminar o compromisso do profissional com a ética e a sociedade, proposto por Paulo Freire, no quadro desenhado para o painel arquivista – redireciona incisivas práticas em torno do código de ética. As aspirações e os interesses globais das instituições arquivísticas não devem sobrepor a deontologia e a ética profissional que fundamenta os deveres e as normas morais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sou leal ao sonho. Minha ação tem sido coerente com ele. Exigente com a ética, considero que ler tem a ver com a coerência com que se vive no mundo, coerência entre o que se diz e o que se faz. Por isso, não temo críticas [...] quando feita de maneira ética e competente, faz com que as nossas ações se aprofundem ou se reorientem. Aprendemos com elas (FREIRE, 1991 *apud* GADOTTI, 1996, p.103).

No contexto da lealdade e do comprometimento, o tema da ética se perpetua e, persistir o princípio, e a postura, da humanização, pela ação e reflexão que organização ética proporciona confiança a sociedade. Ademais, pode-se afirmar que a capacidade de resposta (*responsiveness*) e a confiabilidade (*reliability*) arrola profícuos atributos éticos imprescindível a qualidade dos produtos e serviços no âmbito das instituições arquivísticas e as práticas de difusão de informações. Dessa forma, entende-se que a atualidade carregar reflexões diversas e reivindicações vastas em prol da ética na pesquisa (que não se restringe à relação entre pesquisador e os sujeitos ou os participantes da pesquisa) e, evidencia, uma construção ética com uma normativa, prescritiva, que determina o que deve ser realidade.

Diante dos embasamentos expostos neste artigo, vislumbra-se o conceber da ética com uma capacidade de reflexão e ponderação e, ainda arrasta o exercício da autocrítica, agenciando o desenvolvimento de valores humanizadores (de promoção do bem para além da obrigação individual) e o desenvolvimento da alta gestão (valores de excelência e responsabilidade social) nas instituições. No tocante “[...] ao eixo da ética informacional, é notório que os profissionais têm a consciência da importância do seu campo laboral e de todos os parâmetros éticos para que o arquivo caminhe de maneira legal, seguindo preceitos éticos”, como anuem Silva e Garcia (2017, p.557).

Portanto, se há em Paulo Freire o desenrolar de uma pedagogia/filosofia a favor da socialização e partilha, pode se dizer que a práxis arquivística envolve a utilização e a mediação de mudanças sociais? A resposta a esse questionamento, que nos fazem quase diariamente, começa validar atitudes, buscando, o indivíduo internaliza o coletivo – meio da socialização é que as ideias, os valores, as crenças, as normas e as tradições são estabelecidas na dinâmica sociedade (e pelo coletivo) do conhecimento. Todavia, nos estudos freireanos, a questão ética perpassa todo o processo investigativo, como: 1) interação entre serviços arquivísticos públicos e privados e a comunidade; 2) a melhoria dos padrões de ensino e de pesquisa na arquivologia; 3) a formação contínua dos profissionais da CI; e, 4) a implementação de uma bibliografia brasileira mais diretiva da ética no âmbito da arquivística.

Observa-se que a formação humanista possibilita pensar a ética arquivísticas em torno do aprimoramento pessoal e profissional, situando a relevância da responsabilidade social, da criticidade dos conhecimentos arquivísticos (papel social da Arquivologia) no desenvolvimento científico – contexturas que ressignificam em torno de dispositivos informacionais, na mediação e a busca significativa (presencial ou remota nos arquivos). Ademais, se proliferação de experiências arquivísticas divulgada no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib) remete a desafios da ética em torno dos currículos/ensino e práticas docentes na Arquivologia, da conduta profissional diante da Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527 de 2011) e o desenvolvimento de competências para a busca e uso da informação em prol da defesa dos direitos humanos e da memória social.

Enfim, o panorama da ética possibilita um contato consistente com o legado freireano. Logo, quanto mais criticamente a ética viabilize formas de compromisso, tanto mais a autoridade dos profissionais da informação torna-se alinhada ao direito de acesso de todo cidadão aos documentos públicos, à defesa de seus direitos e a garantia da necessária eficiência e transparência da gestão pública e privada. Portanto, não é possível pensar os arquivos e seus profissionais longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Eticamente informando, para continuar lutando em seu nome. Posto que a instituição arquivística exige consciência do inacabado, o inacabamento do ser ou a sua (in)conclusão é próprio das sociointerações e das memórias. Onde há documentos, há informação e um lastro de inacabamentos, há ainda a esfera ética e a luta. O mundo se edifica com construtos éticos. Assim, no pensamento de Freire (2016), ‘o mundo está sendo’ – assim, por conseguinte, é possível nos tornamos capazes de intervir (mediação e conciliação) na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e dinâmica, geradora de mais desafios, cidadania, curiosidade, comprometimento e inovações nas instituições arquivísticas e, nas suas esferas de atuação correspondente.

REFERÊNCIAS

AARGS: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Princípio Éticos** – **AAB**: Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Porto Alegre: AARGS, 1999. Disponível em: <https://www.aargs.com.br/principio-eticos-aab/>. Acesso em: 13 set. 2014

ÁLVARES, Lílian Maria Araujo de Rezende. **Aula 3.3. Código De Ética**: Projeto de Implantação de Sistemas Arquivísticos. Brasília: Universidade de Brasília - UnB, FCI, 2021. Disponível em: <http://lillianalvares.fci.unb.br/phocadownload/Projeto/Responsabilidade/AulaCodigoEtica.pdf>. Acesso em: 17 maio 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/evcece1>. Acesso em: 17 maio 2022.

BEDENDO, Thaís Ferreira. **Paulo Freire vive!** uma análise da contribuição freiriana à luz da teoria das representações. 2021. 158 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação Ensino de Humanidades, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1622?show=full>. Acesso em: 12 maio 2022.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística**: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica: UNESP, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109305/ISBN9788579834868.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 30 mar. 2021.

CÂNDIDO, Gilberto Gomes. **O ato narrativo e a ética na descrição do documento de arquivo**. Orientador: João Batista Ernesto de Moraes. 2020. 160 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Porto Marília, 2020. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/pesquisarquivistica/o-ato-narrativo-e-a-etica-na-descricao-do-documento-de-arquivo-2020/>. Acesso em: 08 jun. 2022.

CARDOSO, Antonio Luiz Mattos de Souza; MIGUEL, Marcelo Calderari; MODOLO, Philippe Peterle. O código de ética e deontologia do bibliotecário: reflexões freirianas a respeito de elementos sociolaborais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 20, n. 00, p. e022018, 2022. DOI: 10.20396/rdbci.v20i00.8670110. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8670110>. Acesso em: 4 ago. 2022.

CARLOS, Dafiana do Socorro Soares Vicente; SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. Alguns achados sobre Ética em Freire na obra “Educação como prática da liberdade”. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 22, n. 72, 2021. DOI: 10.7213/1981-416X.22.072.AO03. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/28328>. Acesso em: 17 maio. 2022.

CIA: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVO. **Código de ética do arquivista**: elaborado pela Seção de Associações Profissionais do International Council on Archives (ICA). Rio de Janeiro: Associação de Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro – AAERJ, 1996. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/a-profissao/codigo-de-etica/>. Acesso em: 06 maio 2022.

CINTRA, Benedito Eliseu Leite. Entre O Grego E O Semita. GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez – Instituto Paulo Freire, 1996. Disponível em: <https://1library.org/document/y8gi0er2-acervo-paulofreire-documento-acervo-centro-refer%C3%Aancia-paulo-freire.html>. Acesso em: 18 maio de 2022.

DIAS, Alessandro Aquino. A ética profissional e memória no arquivo. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v.1, n.2, 2018. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/revista-fontes-documentais/etica-profissional-e-memoria-no-arquivo/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

DINGWALL, Glenn. Trusting Archivists: The Role of Archival Ethics Codes in Establishing Public Faith. **The American Archivist**. Milwaukee, v.67 (spring/summer), p.11-30, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40294244>. Acesso em: 30 abr. 2022.

EVANGELISTA, Isadora Victorino; SILVA, Andrieli Pachu da; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. ética profissional em ciência da informação: uma análise de códigos de ética de arquivistas e bibliotecários. **Páginas A&B: Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, Porto, n. 13, p. 3-12, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/145240>. Acesso em: 08 maio 2022.

FINKLER, Mirelle; CAETANO, João Carlos; RAMOS, Flávia Regina Souza. Ética e valores na formação profissional em saúde: um estudo de caso. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, 2013 Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2013.v18n10/3033-3042/pt>. Acesso em: 08 maio 2022.

FREIRE, Isa Maria. A responsabilidade social da ciência da informação na perspectiva da consciência possível. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n.

1, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5519>. Acesso em: 16 maio 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como pratica da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. Disponível em: <https://www.academia.edu/79367826/FREIRE>. Acesso em: 08 maio 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 38. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2018. 110p. (Coleção Educação e Comunicação). Prefácio de Moacir Gadotti; Tradução Lilian Lopes Martin.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2016. 143 p. ISBN 9788577531639 (broch.).

GADOTTI, Moacir (org.). A Voz do Biógrafo Brasileiro: A Prática À Altura Do Sonho. GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez – Instituto Paulo Freire, 1996. Disponível em: <https://1library.org/document/y8gi0er2-acervo-paulofreire-documento-acervo-centro-refer%C3%Aancia-paulo-freire.html>. Acesso em: 18 maio de 2022.

GOMES, Natalia Reis. A ética de Paulo Freire aplicada ao jornalismo: uma análise da cobertura do caso “Bebé Deitado ao Lixo” pelo Jornal Correio da Manhã. **Revista Comunicando: Universidade da Beira Interior, Covilhã**, v. 10, n. 2, p. 207-226, 2021. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/11530/1/Revista%20Comunicando%20Vol%2010%20N%202%20Julho-Dez%202021.pdf>. Acesso em: 18 maio de 2022.

IJUIIM, Jorge Kanehide. A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão: Periódicos Científicos da UFRGS, Porto Alegre**, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <https://narrativasjor.wordpress.com/2012/05/03/a-responsabilidade-social-do-jornalista-e-o-pensamento-de-paulo-freire/>. Acesso em: 17 maio. 2022.

KOHAN, Walter Omar. Paulo Freire partia da percepção de que vivemos um sistema insuportavelmente injusto, excludente, opressor, racista e machista. [Entrevista cedida a] Cátia Guimarães. **EPSJV/Fiocruz: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro**, set. 2021. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/paulo-freire-partia-da-percepcao-de-que-vivemos-um-sistema-insuportavelmente>. Acesso em: 23 maio 2022.

LIMA, Paulo Gomes. Política educacional na perspectiva de Paulo Freire: desafios para os dias contemporâneos. **Laplage em Revista, Sorocaba**, v. 1, n.1, jan./abr. 2015, p. 115-124. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756339011>. Acesso em: 10 maio. 2022.

LINDEN, Leolíbia Luana. Sociologia das profissões: análise do desenvolvimento da profissão de arquivista no Brasil. **Revista ACB, Florianópolis**, v. 22, n. 2 ESPECIAL, p. 227-237, jul. 2017. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1343>. Acesso em: 16 maio 2022.

LOPES, Isabela Pereira; KOHAN, Walter Omar. Sobre as meninas de Paulo Freire mais do que nunca e as nossas. **Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul**, v. 29, n. 3, p. 282-295, 22 nov. 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/15997>. Acesso em: 23 maio 2022.

LOSEKANN, Cristiana; BALLESTRIN, Luciana. A abertura do conceito de sociedade civil: desenhos, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global. **Colomb.Int.**, Bogotá , n. 78, p. 181-210, maio 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/colombiaint78.2013.07>. Acesso em 08 maio 2022.

MONTEIRO, Kelly Patrícia Lima; Vignoli, Richele Grengé. O Código De Ética Do Arquivista. In: WORKSHOP DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (WPCI), 2., 2013, Londrina. **Anais [...]** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 1-8, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2019/secin2019/schedConf/presentations>. Acesso em 16 maio 2022.

MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. O pensamento freireano como superação de desafios do ensino para o SUS. **Revista brasileira de educação médica**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p.255-263, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v36n2/15.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2015.

PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho. **A conduta ética do arquivista: perspectivas advindas do cenário contemporâneo**. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em http://www.unirio.br/ppgarg/tccs/turma-2013/a-conduta-etica-do-arquivista-perspectivas-advindas-do-cenario-contemporaneo/at_download/file. Acesso em: 18 maio 2022.

PELLEGRINI, Eliane; VITORINO, Elizete Vieira. A Dimensão Ética Da Competência Em Informação Sob A Perspectiva Da Filosofia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, jul. 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/37706>. Acesso em: 16 maio 2022.

POLLI, José Renato. **Paulo Freire, o educador da esperança**. 2. ed. Jundiaí: In House, 2013

ROCHA, Antônio Carlos. Influências de Paulo freire e Emília ferreiro na educação brasileira. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. São Paulo, v. 05, p. 39- 66, set. 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/influencias>. Acesso em: 16 maio 2022.

RONCAGLIO, Cynthia. A história administrativa serve como subsídio para a organização da informação arquivística ou vice-versa? **Acervo** - Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 92-103, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40286>. Acesso em: 16 maio 2022.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. Rio de Janeiro Atlas: Atlas - Grupo GEN, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021653/>. Acesso em: 16 mai. 2022.

SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo; Bezerra, Arthur Coelho. Por uma ética intercultural da ciência. In: GOMEZ, Maria Nelida Gonzalez de; CIANCONI, Regina de Barros (org.). **Ética da informação: perspectivas e desafios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017, p. 82-109. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/ecesnvc>. Acesso em: 30 abr. de. 2022.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A História das Ideias de Paulo Freire e Atual Crise de Paradigmas**. 5. ed. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 2006.

SILVA, Anna Carollyna Bulhões Moreira; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Lei de acesso à informação: a conduta ética e social sob o olhar das atribuições profissionais do arquivista. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 3-24, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/14923>. Acesso em: 16 maio 2022.

SILVA, Anna Carollyna Bulhões Moreira; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; SILVA, Dacles Vágner; ARAUJO, Claudialyne da Silva. Responsabilidade Social do Arquivista. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 287-305, jul. 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/161873>. Acesso em: 07 maio 2022.

SILVA, Anna Carollyna Bulhões Moreira; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Responsabilidade ética e social do arquivista e a lei de acesso à informação. **Ágora**, Florianópolis, v. 27, n. 55, p. 539-565, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13457>. Acesso em: 30 abr. 2022.

SILVA, Eliezer Pires; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. O projeto da associação dos arquivistas brasileiros para o campo arquivístico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 85-100, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33270>. Acesso em: 08 maio 2022.

SILVA, Márcio Felipe Albuquerque Prazim da; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo. A Socialização da informação: possíveis contribuições de Paulo Freire à Ciência da Informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 8, n. 2, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/25020>. Acesso em: 18 maio 2022.

SOLON-FREIRE, Patrocínio. **Pedagogia da práxis: o conceito do humano e da educação no pensamento de Paulo Freire**. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3797>. Acesso em: 12 maio 2022.

SOUSA, Betânea Moreira de; SOLON, Thiago Falcão; MORAES, Betânea Moreira de. Contribuições do legado de Paulo Freire para a formação do educador: revisitando algumas obras do autor pernambucano. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, p. 97-113, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/62039>. Acesso em: 12 maio. 2022.

SOUZA, Maíra Salles de. **A formação do arquivista para mediação da informação: relação entre currículos e práticas docentes**. 2021. 301 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34849>. Acesso em: 11 maio 2022.

SOUZA, Valdirene Eliane Bailon de; MELLO, Rita Márcia Andrade Vaz de. Pensar, agir e se libertar: concepções da pedagogia freiriana para a educação. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 23, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/684/68464195059/>. Acesso em: 12 de maio 2022.

VAZ, Gláucia Aparecida. **A importância dos estudos de usuários na formação do arquivista.** 2016. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A59F42>. Acesso em: 08 maio 2022.

Recebido em/Received: 23/05/2022 | Aprovado em/Approved: 26/08/2022
